

Contrato celebrado em 18 de Junho de 2001, para a categoria de técnico profissional de 2.ª classe:

Fernanda Maria Ferreira Marques.

Contrato celebrado em 29 de Junho de 2001, para a categoria de engenheiro técnico de 2.ª classe:

Ana Maria Saigado Carvalho.

c) Por 18 meses:

Contratos celebrados em 2 de Maio de 2001, para a categoria de técnico superior de 2.ª classe:

Vera Lúcia Rocha Ferreira Carvalho.
Paulo César Sanches Vistas.

Contrato celebrado em 7 de Maio de 2001, para a categoria de assistente administrativo:

Ana Lourença Reis Neves.

Contrato celebrado em 14 de Maio de 2001, para a categoria de assistente administrativo:

Amândio Francisco Neves Infante.

Contrato celebrado em 29 de Junho de 2001, para a categoria de técnico superior de 2.ª classe:

Susana Maria Morgado Ferreira.

[Não carece de visto do Tribunal de Contas — artigo 114.º, n.º 3, alínea g), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

15 de Outubro de 2001. — Por delegação do Presidente da Câmara, o Vereador, *José Eugénio Tavares Saigado*.

CÂMARA MUNICIPAL DE OLHÃO

Aviso n.º 9149/2001 (2.ª série) — AP. — Por meu despacho de 28 de Setembro de 2001 foram celebrados contratos de trabalho a termo certo, com início de funções em 1 de Outubro de 2001 e pelo período de seis meses, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, com os cantoneiros de limpeza, Francisco Manuel Oleiro Sales Pinto, Zelinda do Carmo Lopes Edmundo e Maria Vitória Marcelino, tendo esta rescindido, na mesma data, o referido contrato.

16 de Outubro de 2001. — O Presidente da Câmara, *Francisco José Fernandes Leal*.

Aviso n.º 9150/2001 (2.ª série) — AP. — Por meu despacho de 10 de Outubro de 2001, João Nonato Madeira Correia, contratado, após concurso, em regime de contrato de trabalho a termo certo, pelo período de seis meses, ao abrigo da alínea d) do n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, como cantoneiro de limpeza, com início de funções em 15 de Outubro de 2001.

16 de Outubro de 2001. — O Presidente da Câmara, *Francisco José Fernandes Leal*.

CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

Aviso n.º 9151/2001 (2.ª série) — AP. — *Celebração de contratos de trabalho a termo certo.* — Para os devidos efeitos se torna público que, por despachos do presidente desta Câmara Municipal em exercício, com datas de 27 e 28 de Setembro de 2001, foram celebrados contratos de trabalho a termo certo com os seguintes indivíduos:

Claudia Sofia Almeida Rodrigues — com a categoria de auxiliar de acção educativa, com o vencimento mensal ilíquido de 81 200\$, pelo prazo de um ano (12 meses), com início em 1 de Outubro de 2001, podendo, se necessário, ser renovado por igual período.
Maria de Fátima Cid Teles Costa Garcia de Campos — com a categoria de auxiliar de acção educativa, com o vencimento mensal

ilíquido de 81 200\$, pelo prazo de um ano (12 meses), com início em 1 de Outubro de 2001, podendo, se necessário, ser renovado por igual período.

Carla Margarida Mendes Lopes — com a categoria de auxiliar dos serviços gerais, com o vencimento mensal ilíquido de 72 700\$, pelo prazo de um ano (12 meses), com início em 1 de Outubro de 2001, podendo, se necessário, ser renovado por igual período.

Ana Isabel Ferrão Portugal — com a categoria de auxiliar dos serviços gerais, com o vencimento mensal ilíquido de 72 700\$, pelo prazo de um ano (12 meses), com início em 2 de Outubro de 2001, podendo, se necessário, ser renovado por igual período.

[Isentos de visto do Tribunal de Contas, nos termos da alínea g) do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

12 de Outubro de 2001. — O Presidente da Câmara em exercício, *Mário Américo Franco Alves*.

Aviso n.º 9152/2001 (2.ª série) — AP. — *Revisão do Plano Director Municipal de Oliveira do Hospital.* — Em 20 de Março de 2001, nos termos conjugados do artigo 74.º, n.º 1 e 2, e artigo 94.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital deliberou mandar rever o Plano Director Municipal.

De acordo com o n.º 2 do artigo 77.º do referido diploma legal, decorrerá, por um período de 60 dias úteis, a contar da publicação deste aviso no *Diário da República*, um processo de audição ao público, durante o qual os interessados poderão proceder à formulação de sugestões, bem como à apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respectivo procedimento de revisão do Plano Director Municipal de Oliveira do Hospital.

Durante aquele período os interessados poderão consultar no Departamento dos Serviços Técnicos/Secção de Obras Particulares da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital o documento de fundamentação da revisão do PDM de Oliveira do Hospital que acompanhou a deliberação da Câmara Municipal e que descreve os objetivos, metodologia e prazos a observar no processo.

Os interessados deverão apresentar as suas observações ou sugestões em documento escrito devidamente identificado, ou em impresso próprio a fornecer pelos Serviços Municipais, dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital e entregues no serviço acima identificado.

O presente aviso vai ser afixado nos lugares públicos do costume.

18 de Outubro de 2001. — O Presidente da Câmara em exercício, *Mário Américo Franco Alves*.

CÂMARA MUNICIPAL DE OURÉM

Edital n.º 460/2001 (2.ª série) — AP. — Dr. David Pereira Catarino, presidente da Câmara Municipal de Ourém, faz público a versão definitiva do Regulamento Municipal do Sistema de Drenagem de Águas Residuais do Concelho de Ourém, aprovado na reunião camarária de 11 de Setembro de 2001, depois de ter sido submetido a apreciação pública, através de publicação efectuada no apêndice n.º 1 ao *Diário da República*, 2.ª série, n.º 1, de 2 de Janeiro de 2001, que a seguir se reproduz na íntegra:

Nota justificativa

No seu percurso de criação de infra-estruturas básicas, o município de Ourém entrou definitivamente na criação do seu sistema de saneamento básico.

O investimento efectuado e o previsto em órgãos de tratamento, em emissários e em redes é de grande vulto e, embora tenha tido já grande incidência nos últimos anos, prolongar-se-á seguramente ainda por alguns outros, a menos que a administração central ajude o município neste esforço, o que, de todo, não aconteceu até aqui.

Após a construção das ETARs do Nabão e de Seica será construída a curto prazo a ETAR de Fátima pela empresa já criada SIMLIS.

Com estas três ETARs o concelho ficará coberto na sua quase totalidade por sistemas de tratamento de esgotos. Ao longo dos próximos anos serão efectuados investimentos em redes no montante de alguns milhões de contos.